

“Câmara no seu Bairro”: uma leitura sobre a participação local e o empoderamento popular

Francisco José da Silva Junior¹

Resumo

Democracia e participação popular se tornaram uma dupla de elementos basilares na vida política da contemporaneidade. Contudo, historicamente, existe uma lacuna secular nesse tema. Um paradigma que perdura é o regime grego, com a Ágora se firmando como a gestão direta do cidadão, em igualdade de poder, com capacidade de influenciar no governo. Distante de lá, nota-se hoje o programa municipal “Câmara no Seu Bairro” (CSB). Entre os 12 mil participantes presentes nas audiências em 2015, havia condições de uso de tribuna, de propor projetos e/ou requerimentos correspondentes aos interesses por soluções de problemas e/ou de busca por melhorias. A iniciativa inédita do legislativo paulistano, realizada naquela ano, reproduziu o modelo de debate do Plenário nas sessões públicas feitas nas 32 subprefeituras com, inclusive, a montagem do cenário da Casa em cada um dos eventos. O cerne investigativo aqui é avaliar a ação do legislativo como experiência e como instrumento de participação popular em uma democracia representativa de uma sociedade plural, complexa e dinâmica. Essa proposta foi elaborada em 2016, após diálogo com a Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) e coleta de informações de munícipes que participaram de pelo menos uma das sessões. No geral, observa-se que essa iniciativa contribui para empoderamento e engajamento dos munícipes (via exercício da política e da cidadania), para a democratização dos instrumentos de participação popular sem, no entanto, significar prejuízo para o papel da edilidade nem para a função do edil. Eis, assim, poucas mas suficientes razões a fim de se valorizar o programa,

1 Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo (Universidade São Judas Tadel) e Bacharel em Teologia (Faculdade Teológica Batista de São Paulo) É especialista em “Legislativo e Democracia no Brasil” pela Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo.

aperfeiçoá-lo e mantê-lo como canal positivo também ao próprio Legislativo – Poder que fica, desta maneira, mais próximo dos cidadãos e de seus eleitores.

Palavras-Chave: Câmara no seu Bairro; Câmara Municipal de São Paulo; Democracia Participativa; Participação Popular.

Introdução

O interesse pelo assunto se nota na observação da existência de uma possível mudança no *modus operandi* da política local de São Paulo a partir da manifestação popular no modo de fazer política pública propiciado pelo programa do legislativo municipal “Câmara no seu Bairro” (CSB) durante o exercício de 2015.

Inspirada pela experiência da Eclésia grega, da qual a Ágora, por certo, é sua mais notória figura alegórica, a pesquisa pretende ser uma leitura da aproximação entre legisladores municipais e a população paulistana no ambiente da democracia representativa brasileira, através do CSB. O objetivo principal é questionar se a proposta local constituiu e construiu alguma forma de gestão participativa (direta ou indireta) na e/ou para a política pública da capital paulista, tal qual, a prática democrática de debate público e cidadão adotada no espaço da Ágora de Atenas, na Grécia Antiga.

Diante disto, indaga-se: Qual seria a contribuição (se houver) desta proposta da Câmara Municipal de São Paulo (CMSP) ao exercício da democracia brasileira e, em particular, ao praticado no ambiente paulistano?

Os referenciais teóricos para as leituras sobre democracia direta e moderna, participação social e popular na gestão da política pública, serão os textos apon-tados na bibliografia registrada ao final, onde, em especial, destacam-se as obras de Avritzer e Pateman.

Posto isso, faz-se necessária uma interpretação dessa iniciativa inédita do legislativo paulistano à luz de referenciais de participação popular, como atuação no fomento do engajar cidadão na vida política local e do diálogo com a vereança nesse processo social.

Para suprir carência de dados, foi elaborado pelo pesquisador, após diálogo com a Casa, levantamento para coletar informações de munícipes que participaram de ao menos uma sessão. O questionário consistiu de 10 (dez) perguntas encaminhadas a alguns dos participantes por correio eletrônico. O trabalho aproveitou o total (em percentuais), pois o volume geral atingido foi baixo – 48 respondentes segundo o banco de dados, com endereços de cerca de 50 *e-mails* disponíveis em poder da Assessoria da Presidência da Câmara (APC).

O número restrito se deu em razão de a maioria das pessoas presentes nas audiências não ter seus dados recolhidos durante os eventos (esse pormenor será explicado adiante). Por ora, basta dizer que entre os questionados, grande parte esteve nas sessões espontaneamente (72,3%), fez contribuições (75%), teve oportunidade de se manifestar de forma cidadã (81,3%), e envolveu-se posteriormente em alguma ação participativa (66,7%) – apesar de mesmo percentual (66,7%) afirmar que já pertencia a algum nível de associativismo.

Serão analisados ainda dados das avaliações de algumas subprefeituras acerca dos atendimentos prestados pelo CSB. De acordo com as tabelas enviadas pela APC, houve apenas seis subprefeituras (Ermelino Matarazzo, Ipiranga, Mooca, São Mateus, Sapopemba e Parelheiros) que transmitiram planilhas com relatório de andamento discriminando as situações de 739 demandas, das quais, 96 foram plenamente atendidas.

Também são observadas neste texto as informações sobre a cifra relativa aos repasses de emendas referentes ao programa e destinadas às subprefeituras a fim de executar melhorias (de acordo com queixas e solicitações de municípios), e de compor o cenário para as realizações das audiências.

1. Democracia: uma abordagem preliminar

A presença da democracia na maioria dos países² torna ponto pacífico a importância desse regime. Porém, ela apresenta face (re)nascida, via urnas e direitos dos indivíduos³ há poucos séculos⁴. É uma difícil tarefa explorar a complexidade acerca de sua aplicação, de sua definição e do seu surgimento⁵. No entanto, o ponto de partida para se debruçar sobre esse tema ainda é vasculhar o universo helênico, mais precisamente a Atenas da Antiguidade, pois lá melhor se manifestou e se teorizou a esse respeito, como afirma o historiador especializado no tema Moses Finley (1988).

2 Segundo indicador da revista *The Economist*, pouco mais da metade dos 167 países (79 nações) viviam sob o regime democrático em 2015 <<http://democracyranking.org/wordpress/rank/democracy-ranking-2015>> Acesso em 4. dez. 2016.

3 Held (1987) destaca que a “noção liberal moderna de que os seres humanos são ‘indivíduos’ com ‘direitos’ (...) não pode ser traçada diretamente a Atenas” (p.15). Isso realça uma das diferenças marcantes entre a “democracia dos antigos” e a “democracia moderna”, como analisa Finley (1988).

4 Até o início do século 18 quase ninguém registrou pontos de vista que consideravam a “democracia uma forma desejável de organizar a vida política” (HELD 1987, p.32).

5 Etimologicamente o termo grego significa, basicamente, povo (*demos*) e poder (*kratos*), então “poder do povo”. Daí, as pedras no caminho aparecem, pois, a expressão avança sobre questões complexas (“quem seria” e “quem pertenceria a esse tal povo”?, p.e.). Mais será dito adiante.

Na cidade ateniense, em particular entre os séculos VIII e V a.C., a democracia acontece em meio à vida cotidiana. Por isso o período permanece até hoje como “uma espécie de farol” (CORTELLA & RIBEIRO 2015, p.35) à reflexão para a ciência política, mesmo a atual. Porque a democracia não é tão-somente uma abstração e/ou um fato político, e/ou um fato social que, sob esse olhar, seria algo estático. É sim, antes, processo que se desenrola na história entre, pela e a partir da sociedade, esta última sendo composta de seres políticos (SILVA 2002, p.43). O filósofo Aristóteles já via o homem como necessariamente político por ser sociável (sendo a sociedade então, para ele, uma família de famílias) e ligado um ao outro pela linguagem e comunicação. Mas o regime ateniense do povo comum excluía mulheres e escravos⁶ porque ambos seriam “naturalmente inferiores”⁷, algo que dista das práticas atuais.

Uma crítica aristotélica era que a democracia “trata todos os homens como iguais, sejam eles iguais ou não” e garante que “cada indivíduo é livre para fazer o que quiser” (HELD 1987, p.27-8) e essas características, portanto, prejudicam-na. O filósofo grego temia um governo pelos interesses dos pobres⁸ em lugar de ser pelos pobres (FINLEY 1988, p.26).

Held (1987) e Finley (1988) citam detalhes da constituição da assembleia ateniense, reunião realizada mais de 40 vezes por ano com quórum de 6 mil homens, mínimo requerido para execução adequada ou válida das transações. A votação visava sempre à unanimidade por parte dos cidadãos, apenas homens nobres atenienses autóctones livres com mais de 20 anos. Os integrantes de famílias ricas, com tempo para tratar de seus interesses⁹ e estabelecer contatos, eram quem dominavam a assembleia. A condução da democracia ali era direta, com sessões públicas, ou seja, abertas a todo cidadão e com a gestão da maioria dos

6 Segundo Held (1987), a estimativa era de que a maioria da população de Atenas era de escravos (três para cada dois indivíduos livres), variando em um contingente entre 80 mil e 100 mil pessoas escravizadas.

7 Em *A Política* (Livro I, Capítulos 2 e 4), o filósofo aplica analogia entre fêmeas do Reino Animal para estabelecer que os machos e, com isso os homens (machos humanos), devem por natureza governar. Em relação aos escravos, a analogia é de semelhante submissão natural (o corpo que depende da alma ou um membro que depende do organismo). Quaisquer posições fora disso são consideradas pelo estagirita como aberração, já que alguns, “ao nascer, se veem destinados a obedecer; outros, mandar” (Livro I, Capítulo 2).

8 Vide acontecimentos relativos à Guerra do Peloponeso e o governo dos “Trinta Tiranos” (FUNARI, Pedro Paulo. *Guerra do Peloponeso*. In: MAGNOLI, Demétrio. *História das Guerras*. São Paulo: Contexto, 2006).

9 Finley ressalva que apontar a escravidão em Atenas como um dos fatores estruturais da sociedade grega e, portanto, condicionante da prática da democracia, não basta para transformar a circunstância em “experiência irrelevante”. A elite que compunha o *demos* era acompanhada de maneira inédita por outras classes sociais, como artesãos, camponeses e comerciantes (1988, p.28-9).

cargos definida por sorteio. Cada homem dentro das condições citadas representava politicamente a si mesmo e era apto a assumir cargos e responsabilidades na administração pública (FINLEY, 1988).

A democracia antiga acontece diretamente com o povo na praça (a Ágora), embora pelas mãos de uma "elite minoritária" (idem, p.28). Mas omitir-se de participar da vida pública é vergonhoso, porque esse sistema exige a presença e a manifestação do povo enquanto povo para ser o que se é de fato e de direito: povo. A política é, portanto, consequência dessa associação racional para um bem maior (*eudaimonia*, o estado de bem-estar, em grego). "A participação política de que todo ser humano tem necessidade, e que por isso é direito e dever de todos, é aquela voltada para a consecução do bem comum" (DALLARI 1983, p.91).

1.1. Termos e conceitos

A premissa de que democracia¹⁰ é o poder do povo é algo difícil de defender (SARTORI 1994, p.41). Bonavides (2015) aponta que trazer o significado do passado serve para observar que a expressão sofreu e sofre "abusos e distorções" (p.287). O princípio basilar permanente nas análises verificadas é o que declara que o povo escolhe e controla quem governa (RIBEIRO, 2008), sendo isso um fundamento do regime. O conceito, nesta ótica, não é que o povo seja quem necessariamente administra, prática que vigora na democracia representativa adotada atualmente mundo afora¹¹.

A experiência democrática na Antiguidade consistia em uma vida devotada totalmente àquilo que era público (BONAVIDES 2015, p.288). Essa condição para os atenienses era resultado da relação entre Estado e cidadão, pois este último recebia tudo do primeiro e, daí, tudo devia a ele. Desta forma, é inimaginável a dissociação da vida pública e da vida privada (idem, p.289-90). É e tem de ser da natureza do cidadão¹² o participar na gestão pública, diferente do raciocínio de afastamento presente em parcela da sociedade pós-moderna. A cidadania¹³

10 Ao falar de democracia, Bobbio (1988) traz o conceito de "omnicracia". Seria um governo, de fato, de todos; contudo, o autor mesmo vê esse regime como "um limite ideal" (p.24).

11 Silva (2002) vai dizer que esse tipo de democracia é aquele em que o povo participa indiretamente. Permanece como fonte primária do poder, porém não gere o Estado. O autor aponta, ainda, que a democracia representativa é que gera a noção de cidadania e, por isso, é um propulsor a fortalecer a democracia participativa (p.47).

12 Apesar da palavra de origem latina concebida a partir da experiência romana de República utilizada aqui, vale a opção pelo termo a fim de expor o princípio grego (RIBEIRO, 2001, e RIBEIRO, 2008).

13 "Cidadão, segundo nossa definição, é o homem vestido de um certo [sic] poder" (ARISTÓTELES. *A Política*, Livro III, Capítulo 1).

só existe por ser uma “multidão de cidadãos” e estes só são cidadãos porque a “especial característica” é a de poder participar da administração da justiça e de cargos públicos.

1.2. Quem é o “povo” (de lá e daqui)?

Sartori (1994) argumenta que a ideia “democracia” nasce da referência de uma “comunidade pequena e estreitamente unida operando no ato como um organismo decisório coletivo” (idem, p.46). O povo na Atenas da Antiguidade era moldado por homens livres e de posses, embora esse conceito, assim como o de cidadania, esteja mais ligado a Roma (BOBBIO 2010, p.986).

A disparidade entre a Grécia Antiga e o mundo atual (étnica, geográfica e economicamente, por exemplo) torna mais complexa a busca por definir mais restritamente quem compõe hoje esse povo, um grupo amorfo¹⁴ e sem identidade precisa (BONAVIDES, 2015; FINLEY, 1988; RIBEIRO, 2008). Pois, “quanto maior a sociedade política, tanto menos o conceito de povo¹⁵ pode designar uma comunidade concreta e tanto mais passa a conotar uma ficção jurídica ou, de qualquer forma, um construto extremamente abstrato” (SARTORI 1994, p.46). Isso desemboca na experiência das cidades modernas, diluindo totalmente a dimensão que era vista na Grécia (ibidem). O poder de governo ainda provém atualmente desse indistinto povo, mas este está mais distante do exercício dele em si, pois sua vontade é mediada pela representação¹⁶, que não é restrição para a participação¹⁷, característica inerente ao indivíduo.

Outro ressurgimento na história é o da República, que volta a aparecer no século 16. Esse sistema traz à tona a perspectiva fundamental de não estabelecer quem manda, mas para que manda (RIBEIRO 2001, p.18). Essa finalidade do

14 Kelsen (2000) argumenta que olhar o povo a partir de quem é comandado foge ao ideal da democracia, forma de governo em que o povo é que comanda, diz o autor (p.38). Ele considera que a noção de povo não existe mais, antes há uma massa de indivíduos que se agrupa na democracia atual e manifesta seu desejo mais diretamente via partidos (p.42).

15 Sartori (1994) apresenta seis abordagens para o conceito original de povo (*demos*), sendo: literal (“todo o mundo”), grande parte indeterminada (“muitos”), classe inferior, entidade indivisível (“um todo orgânico”), parte mais ampla (“princípio da maioria absoluta”), e parte maior (“princípio da maioria limitada”).

16 Nesta acepção, povo se aproxima mais de ser um sinônimo de eleitorado (FARHAT 1996, p.766).

17 Moroni (2009) aponta que os direitos à participação (votar e ser votado) “não são suficientes para a cidadania hoje” (p.112) e para o exercício desses direitos. Para ele, a participação se apresenta em duas frentes: política e pedagógica (ibidem). E, com isso, só existe de verdade “quando ela for real, assegurando a todos e a cada um a possibilidade de influir nas decisões políticas” (DALLARI 1983, p.94). Essa ideia é semelhante à defendida por Pateman.

poder que o torna um tipo de ferramenta para o bem comum, para a busca da vantagem do coletivo, é o pilar da República.

Para Ribeiro (2001), República é um "modo de exercer o poder, favorável à coisa pública" (a *res publica*, a coisa pública, em latim) e o poder popular estabelecido via eleições (p.25). A fórmula republicana atual implica em promover eleições e separar o bem público daquele do governante, porém há "uma participação do povo bem menor do que haveria em Atenas e uma entrega de si bem inferior à que ocorreria em Roma" (p.59), berço desse sistema. Para haver República, o próprio público precisa estar no controle.

A República é alicerce da relação entre cidadãos, condicionada aos papéis de governantes e governados. A Ágora, como fórum, é o "lugar 'público' ou 'aberto', adequado não só ao governo político mas ao convívio de cidadãos" (ARAÚJO 2009, p.59).

1.3. Atenas e São Paulo: além da lacuna tempo-espaço e cultura

Entre a prática do regime na Grécia e o exercício atual na cidade paulistana, há um abismo evidente. A experiência naquele período é singular, apontam teóricos analisados (FINLEY, 1988; Kelsen, 2000; RIBEIRO, 2008; RIBEIRO, 2001; SARTORI, 1994).

Bonavides (2015) afirma que a democracia direta grega deu lugar à presença do sistema representativo e diz, categoricamente, que o cidadão desse último Estado é "apenas acessoriamente político", diferente da conduta do homem ateniense. É importante incluir que mesmo se a vontade do cidadão moderno fosse por dedicar-se integralmente à vida da *pólis*, a condução das relações de negócios impediriam e/ou frustrariam esse desejo. A busca por reproduzir aquilo que está lá, então no aqui-agora tende ao fracasso e pode ser uma romantização (LOPES 2002, p.27) e a fundação de um mito (CHAUI, 2000).

Contemporaneamente, a expectativa é pelo cidadão consciente, o qual se assenhora de suas responsabilidades (LOPES 2002, p.43-8). Isso porque a participação no governo, ou seja, nas decisões públicas, na criação e aplicação das regras legais para a sociedade, é uma característica essencial da democracia (KELSEN

2000, p.142), a expressão do poder¹⁸ nas mãos do povo. Kelsen (2000) argumenta que a base da democracia hoje está na “participação dos governados no governo”. “Um governo ‘para o povo’ significa um governo que atua no interesse do povo”¹⁹ (p.140).

Percebe-se que a democracia representativa enseja em si ferramentas que permitam a participação popular, mais do que a presença no sufrágio, como eleitor(a) ou candidato(a) (SILVA, 2002). Cademartori (2011) evoca estudo de Alain Touraine sobre o conceito de democratização, sendo este o processo inacabado da busca pelo ideal inatingível e utópico do exercício pleno da democracia. Avritzer (2010) vai apontar que há “efeitos democratizantes”, como “o empoderamento ou a democratização” (p.13) a partir das participações populares. Na esfera local, essa participação nasce também (senão principalmente) com a redemocratização nos anos 1980 e ganha musculatura com a criação de legislações específicas, como o Estatuto da Cidade, em 2000.

Para Duhram (1984), a mobilização via certos grupos sociais (partidos e sindicatos) ou por outros tipos de coletivos sinaliza a construção da cidadania, ainda que débil, por meio de movimentos populares²⁰. Essa perspectiva atrai também Avritzer²¹ (2004), que enxerga na participação em associações civis uma colaboração para os paulistanos entrarem em contato com o Estado e com a democracia, caso consigam “praticá-la em um microuniverso” [o poder local] e aprendam a defender seus próprios interesses (p.30).

Dowbor (2016) se debruça sobre o poder local a partir da experiência imobiliária de uma comunidade local francesa. Para ele, as forças do mercado financeiro e do Estado atuam como entes exclusivamente planejadores da sociedade

18 Poder é a manifestação da autoridade coercitiva na esfera das decisões da vida do Estado. É a essência na constituição da administração pública (BOBBIO, 2000; GIOVANNI & NOGUEIRA, 2015). Um parâmetro essencial do patrimônio das ciências sociais e central à ciência política. Diz Bonavides (2015) que, na democracia representativa, o poder é do povo, mas o governo está nas mãos de representantes em nome do povo (p.296).

19 O próprio autor destaca, contudo, que há distância entre “governo para o povo” e “governo do povo” (KELSEN 2000, p.141).

20 Uma das hipóteses mencionadas pela autora para o enfraquecimento dos movimentos sociais é a economia, percebida como industrial e capitalista (DUHRAN 1984, p.284-5). Ribeiro (2008) argumenta que, diferente do vivido pelos gregos, modernamente o fator econômico exerce predomínio na prática da política, assim, “a liberdade grega [de se viver só para as atividades da cidade] não faz sentido para nós” (p.29).

21 Levantamento descrito na sua obra aponta que a participação via associativismo (em particular o de caráter religioso, pois este se destaca em mobilização na cidade paulistana) é em sua maior parte (56%) motivada pelo intuito de beneficiar a comunidade na qual o grupo está inserido. Apesar disso, 83% dos 2.403 entrevistados da pesquisa afirmaram ter aprendido a defender seus interesses, e 61% declararam que a participação os ajudou a compreender melhor o governo (AVRITZER, 2004).

e, contra isso, o engajamento cidadão no microcosmo (a rua, o bairro, a região, a cidade etc) é essencial. Assim, o estudioso entende que, quanto mais próximo do cidadão estiver a decisão, mais ligada às necessidades dele ela estará. Neste aspecto, a proposta do CSB é um mecanismo local semelhante que “empodera”²² os cidadãos, dando-lhes a capacidade de discutir com os legisladores os dilemas da vivência cotidiana e, desta forma, fazer e participar da vida política cooperando na construção de sua própria cidade como sujeitos sociais.

Assim, a democracia se institui na capacidade de poder, e também, melhor dizendo, de “empoderar” as pessoas. Assim, os indivíduos se estabelecem como atores sociais e/ou como sujeitos sociais²³, atuando por meio de instrumentos para solução de conflitos e/ou de interesses particulares.

2. A participação no CSB a partir do viés de Carole Pateman

Mediante o que se desenvolve até aqui, postula-se que o programa proposto pelo Legislativo paulistano foi um instrumento com condições de educar para a democracia (processo denominado de democratização) e uma forma de promover a participação dos cidadãos em meio às limitações da democracia representativa. Nessa seara, o estudo de Carole Pateman (1992) colabora por se debruçar sobre o prisma educativo da participação popular e, ao trazer reflexão sobre o ato de participar como um adubo a desenvolver a própria capacitação para uma participação de qualidade efetiva (p.61).

A estudiosa argumenta que a indústria é um ambiente propício para a democracia participativa (ibidem), pois há pesquisas indicando que a maioria dos trabalhadores quer ter capacidade (liberdade) para decidir como realizar suas tarefas (p.79). Participação pressupõe igual capacidade de tomar decisão. A sensação de “competência política”, mesmo em ambiente não-governamental (o do trabalho, por exemplo), é importante para apresentar instituições locais como “campo de treinamento para a democracia” e a oportunidade de participar é relevante para sustentar essa sensação.

22 Termo aportuguesado, como seus derivados, sob influência da expressão anglo-saxônica *to empower* (GIOVANNI & NOGUEIRA, 2015, p.300-3).

23 Atores sociais são partes integrantes, quer sejam pessoas ou instituições, de um ou mais movimentos sociais, enquanto sujeitos sociais são indivíduos propriamente (DUBAR, 2004; TOURAINE, 2006).

Segundo a autora, a “democracia industrial”²⁴ é uma das formas da participação local, neste caso, no ambiente do trabalho – tarefas públicas e econômicas –, mas não só ligada ao emprego (p.66-73). A indústria é escolhida como estudo de caso por estabelecer subordinação, o que a constitui como a “mais ‘política’ de todas as áreas nas quais os indivíduos comuns interagem” (p.113); ao democratizar o setor industrial, prova-se a condição de “empoderamento” das pessoas.

A partir dessa construção complexa, a professora diz que experiências de aumento na participação de trabalhadores na indústria garantem resultados positivos (p.82). Ela narra o caso de cerca de 50 mineiros britânicos e a autogestão da mineradora durante dois anos, com resultados crescentes (p.84-5). Outro caso é o da indústria automotiva (de motores e tratores), autogerenciada por três mil trabalhadores (p.85-6). A autora salienta exemplos de “participação parcial” (rotina administrativa e produtiva distintas do gerenciamento), onde há independência na perspectiva de supervisão, e migra para um de “participação plena” (possível em níveis baixos ou altos da administração) no qual cada indivíduo tem igual poder de decisão no processo como um todo, sem limites ou recortes na atuação – eis a “democracia industrial” (p.97-113). A partir disso, a pesquisadora trata da experiência plena de uma indústria britânica e o sistema iugoslavo de democracia e participação industrial. O alvo é demonstrar as “possibilidades de democratização das estruturas de autoridade” pela autogestão, iniciada na Iugoslávia nos anos de 1950 (p.117-20).

Diante das análises dos casos, Pateman argumenta que tais experiências mostram certa possibilidade da prática da democracia em uma sociedade participativa (p.136) e a democracia, na sua face teórica, pode trabalhar em favor da massa de classes mais baixas, em vez de servir elites minoritárias (p.138-9). Com isso, ela aponta que os estudos empíricos relatados apoiam a perspectiva de que um sistema participativo resulta em aumento de eficiência (p.143) e é a presença do indivíduo no processo decisório que fundamenta o poder de controle da pessoa sobre seu meio ambiente (p.145). A autora, no início de sua obra, já sinalizava que o sistema político precisa dar abertura para o cidadão se apropriar de seu direito de participar, pois o mero desejo do indivíduo não garantirá uma democracia participativa (p.15) caso lhe sejam restritas as vias de acesso para isso.

“Participar significa incidir politicamente nas questões que dizem respeito à vida concreta das pessoas mas, também, nos processos de tomada de decisão

24 “Um sistema de democracia industrial implica a oportunidade de participação plena de alto nível por parte dos empregados” (PATEMAN 1992, p.100). É quase a “omnicracia” de Bobbio.

do Estado e dos governos, o que, por sua vez, afeta de uma forma ou de outra a vida concreta das pessoas e o interesses [sic] dos diversos grupos e classes sociais” (MORINI, 2009, p.107). A participação é a condição de se estar envolvido no interesse de cada um (indivíduo) e, ao mesmo tempo, de todos (comunitário), dado que a essência da política é a capacidade de administrar conflitos na e da coletividade.

3. O programa CSB: novo canal para o município

Em 2015, a CMSP lançou o programa denominado “Câmara no Seu Bairro”²⁵ a partir de ato regimental da Mesa Diretora²⁶. O projeto sugerido pela Presidência da Casa à época objetivou a criação de um novo canal de participação para o município em relação ao Poder Legislativo a fim de que, consequentemente, acarretasse em ações de políticas públicas.

A iniciativa experimental²⁷ consistiu em levar as sessões para todas as 32 subprefeituras da Capital. A cada semana ao longo daquele ano foi realizada uma sessão pública regional com vistas a discutir problemas locais com os moradores. Os eventos foram abertos a toda população, cujo comparecimento estimado pela organização contabilizou aproximadamente 12 mil pessoas. Mediante inscrição prévia, o uso da tribuna era livre aos cidadãos com a finalidade de apresentar demandas aos vereadores presentes. As contribuições somaram 4.677 propostas, sendo a maior parte (929) na área de urbanismo. As ideias apresentadas passaram posteriormente por apreciação das comissões da Câmara a fim de serem transformadas em projetos de lei e algumas receberam recurso municipal.

25 O histórico e os dados do programa estão disponíveis na página virtual mantida pela CMSP (<<http://www.camara.sp.gov.br/camaranoseubairro>> Acesso em 28 nov. 2016). Outras informações complementares foram fornecidas em entrevista ao pesquisador feita em 04/10/2016 com Claudete Alves da Silva Souza, assessora da Presidência da Casa no exercício de 2015-2016.

26 O ato 1.293/2015 da Mesa Diretora regulamentou a execução das sessões públicas fora das dependências do Palácio Anchieta e uma das alíneas estabeleceu a regra para a tribuna popular, onde os municípios poderiam se manifestar por até cinco minutos para abordar assuntos de interesse local <<http://www2.camara.sp.gov.br/DCE/Ato%20n%C2%BA%201293.pdf>> Acesso em 28 nov. 2016.

27 A fim de evitar possível configuração de campanha antecipada por parte de vereadores candidatos, o programa não foi realizado em 2016. E, por não existir projeto de lei, a continuidade dependerá de apresentação de nova proposta dos edis e, mais precisamente, de quem assumir a Presidência.

Para um olhar acerca do quadro gestacional do programa, ressalta-se o trabalho de Avritzer (2010). Segundo o professor, administrações mais à esquerda²⁸ do espectro político estão mais presentes no processo de criação de instrumentos participativos, em particular via Executivo.

Porém, a proposta paulistana do CSB surgiu do próprio Legislativo. Daí percebe-se a capacidade de esse Poder se articular na construção de se firmar como ponte para o debate público da mesma forma como se comporta o Executivo. E, de fato, cumprir com seu papel, deixando de se mostrar “fraco e fragmentado”, conforme diz Wampler (2010, p.396).

Na ótica desse autor, um instrumento dessa natureza devolve poder de decisão aos cidadãos e produz engajamento. Esses tipos de mecanismos colaboraram para fomentar associativismos, como se dá nos movimentos sociais, conectando cidadãos, líderes comunitários e representantes públicos (p.395), mais um item que emerge em favor do CSB. Segundo a Assessoria da Presidência da Casa (APC)²⁹, a maioria dos participantes das sessões públicas do programa era de pessoas que integravam algum tipo de movimento social. Uma barreira, no entanto, para o comparativo com o CSB é a carência de dados sobre esses movimentos³⁰.

Em razão da falta de instrumentos constituídos previamente para analisar e acompanhar os resultados desse programa e, a fim de conseguir melhor análise da proposta, o pesquisador elaborou questionário com dez perguntas, em consonância com as sugestões da APC, que ficou responsável por encaminhar diretamente aos endereços eletrônicos dos participantes que haviam fornecido esse contato em alguma das sessões públicas³¹. O total geral de retorno atingido chegou a 48 respondentes. Para evitar possíveis ambiguidades, as perguntas do questionário foram elaboradas em alternativa simples (“sim” ou “não”).

28 Fenômeno apontado na pesquisa do estudioso da UFMG é que em alguns municípios, como São Paulo, há descontinuidade de propostas instigadoras de maior participação popular, geralmente em razão de “constante alternância” de partidos, cujo perfil é de legendas não participativas, na gestão da cidade paulistana (AVRITZER, 2010, p.262).

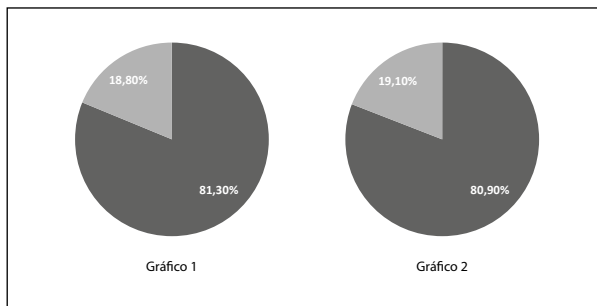
29 Conforme entrevista citada anteriormente e também com pesquisa feita pelo autor desta obra. Os dados coletados nesse levantamento mencionado serão discutidos mais adiante.

30 A transição de governo municipal paulistano entre partidos em 2016 também afetou o acesso do pesquisador a outras possíveis fontes de informação.

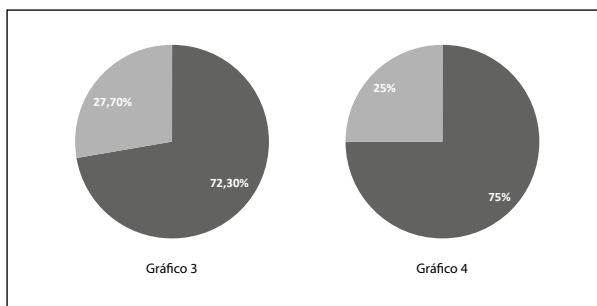
31 Apesar do número de participantes mobilizados nas 32 audiências ter chegado perto de 12 mil, a coleta de dados nas ocasiões foi fornecida voluntariamente pelos munícipes. Desta forma, poucos compartilharam seus contatos. A listagem, de posse da APC, continha cerca de 50 endereços eletrônicos (único canal de comunicação acessível), já eliminadas as redundâncias ou repetições, segundo informação prestada ao pesquisador antes do envio da pesquisa eletrônica pela instituição. Diante dessas circunstâncias, o volume de respostas obtido permitiu as ponderações que seguem, porém capta um espectro restrito do que teria sido possível caso houvesse informações mais abrangentes e mais precisas.

3.1. Abordagem primária da capacidade de "empoderamento" do programa

Segundo as respostas obtidas pelo pesquisador, para a maior parcela – 81 % dos munícipes participantes do CSB que responderam ao levantamento –, a oferta desse programa por parte do legislativo paulistano lhes deu oportunidade para se manifestar como cidadão e munícipe (Gráfico 1). Número praticamente igual ao dos que pensam haver conseguido demonstrar, através da participação, seus interesses pela melhoria do bairro, da região ou mesmo da cidade (Gráfico 2).



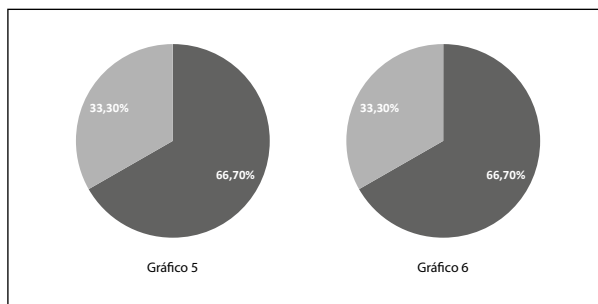
A participação nas sessões foi espontânea (72%), com alto volume de pessoas que disseram ter elaborado alguma proposta durante as audiências (75%), como se vê nos gráficos 3 e 4. A cobertura da mídia pelos eventos atraiu interesse para a presença³².



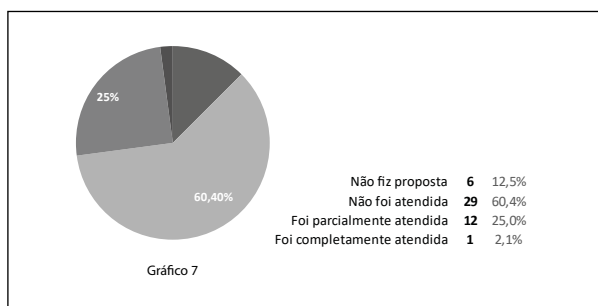
A meta principal da pesquisa era captar se houve algum tipo de engajamento cívico-social após participação no CSB. Quase 67% dos participantes se

³² De acordo com a entrevistada, as sessões antecipadas por reportagens televisivas apresentaram maior público. A participação da mídia, no que Rothberg (2011) chama de "jornalismo público" (cobertura capaz de levar elementos da vida política ao interesse cívico), serve à democratização e foi o que se observou nas divulgações das audiências do CSB.

engajaram posteriormente em algum tipo de ação participativa, como conselho estudantil, associação de pais, associação de bairro, ou movimento de reivindicação (Gráfico 5). Percentual idêntico afirmou ser mobilizado – integrantes de movimentos sociais e/ou associações e/ou partidos (Gráfico 6). Isso corrobora o fato de que atores institucionais já são envolvidos, principalmente aqueles com ligações partidárias, e estes estão mais propensos à participação³³ (AVRITZER:2004, p.315).



Comparar a análise dos teóricos aos dados práticos estudados acabou por revelar similitudes com as ideias apresentadas, mas também apontou itens destoantes. Cerca de 60% dos respondentes consideraram não ter recebido atenção às suas demandas e 25% entenderam que foram parcialmente atendidos em suas solicitações (Gráfico 7). Ao lado disso está a afirmação de que o CSB não gerou aproximação com os vereadores (52%), ainda que esse fosse um dos objetivos propostos pela iniciativa.



33 O modelo de questionário possível e permitido adotado aqui não permitiu captar quais os tipos de associativismo dos respondentes nem seus espectros políticos. Em Avritzer (2004), o perfil aponta que 26,3% também estão vinculados a organizações político-populares. Em geral, os mobilizados são pessoas ligadas ao cristianismo (católico ou evangélico) com finalidade de atender questões sociais, principalmente a luta por moradia. Assim, “o associativismo paulistano expressa um *mix* entre atividades religiosas e atividades político-populares” (itálico no original, p.29).

Destaque relevante é o de que nove entre dez afirmaram que participariam outra vez, em caso de haver uma nova edição do CSB – indicador de interesse da parte do munícipe que implica credibilidade ao instrumento proposto pela edilidade.

Outro elemento importante é o direcionamento das verbas para atendimentos. De acordo com tabela encaminhada pela assessoria de comunicação da CMSP³⁴, a pedido do pesquisador, foram elaboradas 70 emendas pelos edis sob a rubrica do programa, a fim de destinar recursos a todas as subprefeituras ou a outros órgãos da administração municipal, cuja soma atingiu R\$ 49,5 milhões. A maior parte (64 delas) tratou de melhorias de urbanismo – coerente com o assunto principal nas queixas dos munícipes.

Uma dificuldade para análises mais amplas de possíveis resultados e atendimentos de demandas feitos a partir do CSB ocorre em razão das contribuições realizadas durante as sessões terem sido encaminhadas diretamente às comissões da CMSP, algo que afeta as condições de acompanhamento dos respectivos trâmites. Outros procedimentos ficaram travados por ruídos de comunicação entre as partes, como subprefeituras que não responderam ofícios enviados pela Presidência da Câmara³⁵, por exemplo. Nas seis planilhas encaminhadas pelo órgão da Casa ao pesquisador, verifica-se que as subprefeituras de Ermelino Matarazzo, Ipiranga, Mooca³⁶, São Mateus, Sapopemba e Parelheiros relataram as situações de 739 requerimentos feitos por munícipes durante as audiências, dos quais 96 foram plenamente atendidos.

Tabela 1 – Número de demandas atendidas, em andamento e não atendidas

Subprefeitura	Total atendido	Andamento	Não atendido
Ermelino Matarazzo	16	16	63
Ipiranga	4	2	60
Mooca	-	-	-
São Mateus	56	0	47
Sapopemba	20	4	33

³⁴ Listagem enviada no início de novembro de 2016.

³⁵ Conforme revelou a integrante do Gabinete na entrevista.

³⁶ Os parâmetros distintos das anotações da regional Mooca impossibilitam o comparativo entre as demais subprefeituras.

Subprefeitura	Total atendido	Andamento	Não atendido
Parelheiros	0	105	33
Acumulado	96	127	236

Entre os não-atendimentos, considerando a única tabela que apresenta justificativa – a da Subprefeitura da Mooca –, há diversas circunstâncias – como exigência enviada para a esfera indevida. Para as outras cinco listagens, não há explicações sobre a situação das etapas.

Considerações Finais

A participação popular nasce a partir da conscientização (o “auto-empoderamento”) em razão de os cidadãos serem necessariamente sociáveis e interdependentes (DALLARI:1983). Projetos e mecanismos que criem e fomentem esse participar é um indicador da maturidade do Estado no exercício da democratização. Segundo Avritzer (2004), a não-participação entre paulistanos (16%), que foram convidados a se engajar em associações, se dá mais como decisão condicionada. A alegação primordial para quase metade deles (48%) foi da falta de tempo (p.32) que, para o autor, está “mais associada à falta de recursos para participar do que à decisão de não participar” (p.33).

O fomento de mecanismos de participação se impõe como fio condutor da aspiração pelo bem-estar (*eudaimonia*) coletivo. Esse movimento maior denominado democratização é o berço do “empoderamento”. A inexistência de instrumentos, contudo, não inibe a presença popular, que pode acontecer via ação individual, como sujeito social, ou em coletivos, como atores (promotores) entre movimentos sociais. Porém, a oscilação entre administrações locais que criam gestões participativas e aquelas que não o fazem prejudica a continuidade das experiências democratizantes, e esta é uma constante marca negativa no controle do município paulistano (AVRITZER 2010, p.39).

A proposta do CSB manifestou pró-atividade do Legislativo de desempenhar seu papel de mediação entre cidadãos e ente público, no caso, o Executivo, permitindo propostas e cobranças por parte dos munícipes da efetivação de políticas públicas demandadas. A iniciativa se configura como mais um exemplo de experiência educativa nesse processo de democratização, “porque a preparação para a democracia desenrola-se através do exercício da prática democrática” (BOBBIO, 1988, p.40) e de empoderamento dos munícipes. A “participação aumenta a inclusão política e social” e resulta que “populações de renda mais

baixa e outras excluídas, cujos interesses são marginalizados nas instituições de representação clássica, ganham a oportunidade de influenciar políticas que afetam diretamente suas vidas” (AVRITZER 2004, p.266). Se for possível operar medidas reais de democracia participativa no ambiente de negócios, como demonstra Pateman, é também concreto que a participação popular pode existir de fato mediante mecanismos como este de São Paulo. Tal educação política opera forças que colaboram para decodificar a linguagem burocrática e tecnocrata bem como, na outra via, coopera para retirar os participantes da ignorância alienante e alienadora. “A democracia assenta na hipótese de que todos podem decidir acerca de tudo”, afirma Bobbio (1988, p.44).

É ilusão estabelecer a Ágora como modelo para a atualidade (FINLEY, 1988; LOPES, 2002; RIBEIRO, 2008), mas não o é tê-la como horizonte utópico. Toda a sociedade precisa ter acesso a instrumentos de participação popular, ainda que nem todos possam e/ou desejem participar. O exercício da política é a capacidade de coordenar o *cada um por si* em *um por todos e todos por um* (CORTELLA & RIBEIRO, 2012) e a cidadania deveria impelir todos ao anseio pelo bem-estar de todos reciprocamente (OLIVA, 2000). Esse humano consciente é o cidadão em seu pleno sentido de ser e de existir. E também o é o seu ou a sua representante. Portanto, um instrumento como o CSB não ameaça nem prejudica a edilidade, como se apresentasse risco de diminuí-la ou de lhe reduzir o poder. Ao contrário, a vereança ganha mais olhos atentos e mais mentes pensantes para a complexa e difícil tarefa de zelar pelo município. O programa é um fórum e um canal para discussão da cidade, para a propositura de projetos e para o aperfeiçoamento de tantos outros ao encurtar o trânsito entre cidadão e Executivo, cabendo ainda como um meio para requerer a presença e a atuação da Prefeitura “empoderando”, portanto, também os edis em sua função.

Avritzer (2009) pontua que uma das tendências entre sociedade civil e políticas participativas é a de que o sucesso nas gestões participativas leva à continuidade e à pluralidade de modos de participar. Eis uma das fortes razões para que o CSB prossiga e, como foi aventado no princípio, seja transformado em projeto de lei a fim de se construir e constituir em ferramenta madura da participação popular promovida pelo Legislativo.

O encaminhamento de verbas por parte do Legislativo, com base nas demandas levantadas no CSB, é outro indicativo de que existe condição suficiente para criar diálogo proveitoso entre munícipe e vereança. O distanciamento entre eleitores (cidadãos) e eleitos (edis) captado na pesquisa não traz novidade, no entanto. Contudo, a expectativa de romper a barreira não foi vencida como

se pretendia. Algo mais é necessário para melhorar esse diálogo do que a mera presença de ambas as partes em um mesmo espaço.

A busca por informações, por uma melhor compreensão dos instrumentos democráticos e o anseio por participar, são sinais de “auto-empoderamento” dos cidadãos, porém geralmente firmado na desconfiança em relação ao Estado e aos seus representantes. Ao largo disso, esse “auto-empoderamento” no CSB é percebido no fluxo espontâneo dos participantes, na sessão pública e na manifestação efetiva por meio de propostas concretas. Infelizmente, a ausência de mais dados é um empecilho para avaliar se o programa em si conseguiu fomentar o engajamento cidadão dos que estiveram na(s) audiência(s) pública(s).

Acerca da carência de dados, observa-se que houve falhas durante o planejamento e no dia a dia da execução do programa. Um dos pontos notados foi a falta de metodologia e de mecanismos para captar e tabular as informações, tanto da maioria dos 12 mil munícipes participantes nas 32 sessões quanto dos atendimentos das contribuições posteriormente realizadas pelas subprefeituras e secretarias. Uma solução possível é a implementação de um campo no próprio *site* do programa de forma que a regional consiga, com poucos comandos, relatar informações essenciais sobre as situações das demandas (alimentação semelhante à feita naquele mesmo ano para o *site* do Plano de Metas, mantido pela Prefeitura). O desenvolvimento de tecnologia mais conhecida pela população (como aplicativo para celulares, por exemplo) é uma sugestão para possibilitar esclarecimentos e formação política ao cidadão (pormenorizando razões de negativas acompanhadas de explicações em vídeos, por exemplo).

Outro ponto negativo é a ausência de tabulações e métricas estatísticas que permitissem a avaliação (qualitativa e quantitativa) da participação e das demandas, bem como o desenrolar delas para o cidadão e para a sociedade (publicização e transparência). Isso também auxiliaria a própria vereança na constituição de políticas públicas talvez mais abrangentes. Seguindo raciocínio, a mesma plataforma sugerida acima seria capaz de fornecer essa retroalimentação de informações aos legisladores.

A narrativa contada por Carole Pateman (1992), acerca da experiência da gestão democrática de uma indústria por parte de seus funcionários, é um referencial para o exercício do “empoderamento” local. A iniciativa do CSB se mostrou eficaz em dialogar com movimentos sociais já constituídos e, com isso, ser capaz de se interpor como ponte entre munícipe e entes públicos. É, portanto, agregadora de (in)satisfações populares.

Em suma, o programa paulistano necessita de novos episódios para se fazer melhor (continuidade), a fim de romper a gangorra frequente de políticas públicas criadas e interrompidas. Métodos de avaliação das propostas e contribuições precisam ser elaborados como forma de catalogar e dar andamento às demandas, tanto internamente nos órgãos públicos quanto em retorno (de deferimento ou não) aos cidadãos. A tentativa de obter dados *a posteriori* a partir do questionário proposto pelo pesquisador se caracterizou em um esforço a fim de demonstrar o valor da iniciativa, pois existem possibilidade, necessidade e interesse social para se construir novos mecanismos de participação popular na cidade de São Paulo.

Referências Bibliográficas

- ARISTÓTELES. **A política**. São Paulo: Escala Educacional, 2006.
- ARAÚJO, Cícero. **República, participação e democracia**. São Paulo, set. 2012. Disponível em <<http://qualidadedademocracia.com.br/republica-participacao-e-democracia>>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- AVRITZER, Leonardo (org.). **A dinâmica da participação local no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.
- _____. **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. **A participação em São Paulo**. São Paulo: Unesp, 2004.
- BOBBIO, Norberto et al. **Dicionário de política: volumes 1 e 2**. 13ª ed. Brasília: UNB, 2010.
- BOBBIO, Norberto. **Teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- _____. **O futuro da democracia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 22ª ed. São Paulo: Malheiros, 2015.
- CADEMARTORI, Daniela M. L. **O diálogo democrático**. Curitiba: Juruá, 2011.
- CALDERÓN, Adolfo. A Lei Orgânica paulistana e os novos mecanismos de participação popular na gestão municipal. **CEDEC**, nº54, 1996, p.3-27.
- CHAUÍ, Marilena. **Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

- CORTELLA, Mario Sergio; RIBEIRO, Renato Janine. **Política para não ser idiota**. Campinas: Papirus 7 Mares, 2012.
- DALLARI, Dalmo. **O que é participação política**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** Imperatriz: Ética, 2016.
- DUBAR, Claude. *Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo*. Artigo apresentado no **Primeiro Congresso da Associação Francesa de Sociologia**, em fevereiro de 2004. Disponível em: <<http://www.uff.br/observatoriojovem/sites/default/files/documentos/dubarclaude-agenteatorsujeitoautor-atoragenteautordosemelhanteaomesmo2004.pdf>> Acesso em: 28 nov. 2016.
- DUHRAM, Eunice. Movimentos Sociais: a construção da cidadania. **Novos Estudos Cebrap**, n°10, 1984, p.283-294.
- FARHAT, Saïd. **Dicionário Parlamentar e Político**. São Paulo: Peirópolis e Melhoramentos, 1996.
- FINLEY, Moses. **Democracia Antiga e Moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (orgs.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Dicionário de políticas públicas**. 2ª ed. São Paulo: Unesp, 2015.
- HELD, David. **Modelos de Democracia**. Belo Horizonte: Paidéia, 1987.
- KELSEN, Hans. **A Democracia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- LOPES, Marcos Antônio. **Para ler os clássicos do pensamento político**. São Paulo: Editora FGV, 2002.
- MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. São Paulo: Contexto, 2006.
- MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Gestão pública**. São Paulo: Saraiva, 2014.
- OLIVA, Alberto. **A solidão da cidadania**. São Paulo: Senac, 2000.
- PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PIRES, Roberto R. C.; VAZ, Alexander C. N. Participação faz diferença? Uma avaliação das características e efeitos da institucionalização da participação nos

- municípios *brasileiros*. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- RIBEIRO, Renato Janine. **A Democracia**. 3ª ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- _____. **A República**. São Paulo: Publifolha, 2001.
- ROTHBERG, Danilo. **Jornalismo público**. São Paulo: Unesp, 2011.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da democracia revisitada: o debate contemporâneo**. São Paulo: Ática, 1994.
- SILVA, José Afonso da. **Poder Constituinte e Poder Popular**. São Paulo: Malheiros, 2002.
- TOURAINÉ, Alain. *Na fronteira dos movimentos sociais*. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, nº1, jan./abr. 2006, p.17-28.
- WAMPLER, Brian. Transformando o Estado e a sociedade civil por meio da expansão das comunidades políticas, associativa e de políticas públicas. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009.
- WEBER, Max. **A ética protestante e o "espírito" do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.